



149

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Proteção à Educação - Núcleo Duque de Caxias
Belford Roxo, Duque de Caxias, Magé, São João de Meriti

Exmo. Sr. João Ferreira Neto,
Prefeito do Município de São João de Meriti,

Exmo. Sr. Bruno Barbosa Correia
Secretário Municipal de Educação de São João de Meriti,

Direito social à educação.

Educação das Relações Étnico-Raciais

Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.

Obrigatoriedade.

Fundamentos legais: Art. 3º, III, IV; Art. 5º, XLI; Art. 6º; Art. 205; Art. 208, da CRFB/88. Art. 26A; 70, da Lei n. 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação); Lei n. 10.639/2003. Lei n. 11.645/2008. Art. 9º; 10; 11; 14 e 15, da Lei n. 12.288/2010 (Estatuto da Igualdade Racial). Decreto n. 6.872/2009 (Aprova o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial - Planapir). Resolução CNE/CP n. 01, de 17.06.2004 (Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana). Art. 21, da Lei n. 11.494/2007. Parecer CNE/CP n. 03, de 19.05.2004.

Ref: IC 49/2017 – MPRJ 2017.00765896 (Favor mencionar na resposta)

RECOMENDAÇÃO
N. 23/2017

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, através da Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Proteção à Educação do Núcleo Duque de Caxias, e apresentado pela Exma. Sra. Promotora de Justiça que abaixo subscreve, com fulcro no art. 27,



Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Proteção à Educação - Núcleo Duque de Caxias
Belford Roxo, Duque de Caxias, Magé, São João de Meriti

parágrafo único, IV, da Lei n.º 8.625/93 e no art. 34, IX, da Lei Complementar n.º 106/03,

CONSIDERANDO que o art. 3º, da Constituição da República constitui entre objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil a promoção do bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação;

CONSIDERANDO que o art. 5º, da Constituição da República estabelece que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se a inviolabilidade aos direitos à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e que a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais;

CONSIDERANDO o art. 6º, da Constituição da República, elenca a educação dentre os direitos sociais constitucionalmente assegurados aos cidadãos brasileiros;

CONSIDERANDO que o art. 205, da Constituição da República estabelece que é dever da sociedade e do Poder Público garantir a toda criança e adolescente, **com absoluta prioridade**, a efetivação do direito fundamental **à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho**;

CONSIDERANDO que os artigos 206, VII c/c 208, §1º e 2º, da Constituição da República e artigos 3º, IX e 4º, I e IX, da Lei nº 9.394/96 garantem o **direito público subjetivo** de acesso ao ensino obrigatório e gratuito, de forma que o seu não oferecimento pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, sem a observância de padrões mínimos de qualidade, importa em responsabilização da autoridade competente;

CONSIDERANDO que o art. 26A, da Lei n. 9.394/1996, incluído pela Lei n. 10.639/2003 e alterado pela Lei n. 11.645/2008, **estabelece que, nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, públicos ou privados, é obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena**;

CONSIDERANDO que o parágrafo primeiro, do referido art. 26A, determina que o **conteúdo programático a que se refere incluirá os diversos aspectos da história e da cultura** que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses mesmos grupos étnicos, tais

 2



150
8

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Proteção à Educação - Núcleo Duque de Caxias
Belford Roxo, Duque de Caxias, Magé, São João de Meriti

como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira, o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil;

CONSIDERANDO que o parágrafo segundo do mesmo artigo 26A e o art. 11, da Lei n. 12.288/2010 determinam que os conteúdos referentes a história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística, de literatura e história brasileira;

CONSIDERANDO que o art. 9º, da Lei n. 12.288/2010 garante à população negra o direito de participar das atividades educacionais adequadas a seus interesses e condições de modo a contribuir para o patrimônio cultural de sua comunidade e da sociedade brasileira;

CONSIDERANDO que, para garantir a participação mencionada no dispositivo anterior, o Poder Público deve: i) promover ações que viabilizem e ampliem o acesso da população negra ao ensino gratuito; ii) apoiar iniciativa de entidades que mantenham espaços para promoção social e cultural da população negra; iii) desenvolver campanhas educativas nas escolas para que a solidariedade entre os membros da comunidade faça parte de sua cultura; iv) implementar políticas públicas de fortalecimento da juventude negra brasileira;

CONSIDERANDO que cabe ao Poder Executivo fomentar a formação inicial e continuada de professores e a elaboração de material didático específico para o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena;

CONSIDERANDO que o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (Planapir), aprovado pelo Decreto n. 6.872/2009, em seu Eixo 2, referente à Educação, estabelece a necessidade de:

I - estimular o acesso, a permanência e a melhoria do desempenho de crianças, adolescentes, jovens e adultos das populações negras, quilombolas, indígenas, ciganas e demais grupos discriminados, em todos os níveis, da educação infantil ao ensino superior, considerando as modalidades de educação de jovens e adultos e a tecnológica;

II - promover a formação de professores e profissionais da educação nas áreas temáticas definidas nas diretrizes curriculares nacionais para a



educação das relações etnicorraciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira ,africana e indígena;

III - promover políticas públicas para reduzir a evasão escolar e a defasagem idade-série dos alunos pertencentes aos grupos etnicorraciais discriminados;

IV - promover formas de combate ao analfabetismo entre as populações negra, indígena, cigana e demais grupos etnicorraciais discriminados;

V - elaborar projeto de lei com o objetivo de garantir às comunidades ciganas a equivalente prerrogativa de direito contida no art. 29 da Lei no 6.533, de 24 de maio de 1978, que garante a matrícula nas escolas públicas para profissionais que exercem atividade itinerante;

VI - promover a implementação da Lei n 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e do disposto no art. 26-A da Lei n 9.394, de 20 de dezembro de 1996, do Parecer CNE/CP n 3/2004 e da Resolução CNE n 01/2004, garantindo seu amplo conhecimento pela população brasileira;

VII - promover e estimular a inclusão do quesito raça ou cor em todos os formulários de coleta de dados de alunos em todos os níveis dos sistemas de ensino, público e privado;

VIII - estimular maior articulação entre a instituição universitária e as comunidades tradicionais, proporcionando troca de saberes, de práticas e de experiências;

IX - estimular a adoção do sistema de reserva de vagas para negros e indígenas no ingresso às universidades públicas;

X - apoiar a implantação de escolas públicas, de nível fundamental e médio, nas comunidades quilombolas e indígenas, com garantia do transporte escolar gratuito e demais benefícios previstos no plano de desenvolvimento da educação;

XI - apoiar as instituições públicas de educação superior no desenvolvimento de programas e projetos de ensino, pesquisa e extensão que contribuam para a implementação e para o impacto de políticas de ação afirmativa para as populações negra, indígena e demais grupos étnicos sub-representados no ensino de terceiro grau; e

XII - fortalecer os conselhos sociais das instituições de ensino superior, com representantes de todos os segmentos envolvidos, para monitorar o Programa Universidade para Todos – ProUni, principalmente no que se relaciona à inclusão de jovens negros e indígenas.



151
#

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Proteção à Educação - Núcleo Duque de Caxias
Belford Roxo, Duque de Caxias, Magé, São João de Meriti

CONSIDERANDO que o art. 2º da Resolução CNE/CP n 01, de 17 de junho de 2004, estipula que as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africanas constituem-se de orientações, princípios e fundamentos para o planejamento, execução e avaliação da Educação, e têm por meta, promover a educação de cidadãos atuantes e conscientes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica do Brasil, buscando relações étnico-sociais positivas, rumo à construção de nação democrática;

CONSIDERANDO que, segundo o parágrafo 3º, do referido artigo 2º, da Resolução CNE/CP n. 01, de 17 de junho de 2004, orienta aos Conselhos Municipais de Educação que desenvolvam as Diretrizes Curriculares Nacionais nas respectivas redes de ensino, respeitados o regime de colaboração e a autonomia de cada um dos entes federativos;

CONSIDERANDO que, para a efetiva implementação do art. 26A, da Lei n. 9.394/1996, incluído pela Lei n. 10.639/2003 e alterado pela Lei n. 11.645/2008, nas escolas da rede pública municipal de ensino faz-se imprescindível a formação continuada de professores e profissionais da educação nas áreas temáticas definidas nas diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações etnicorraciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena;

CONSIDERANDO que, segundo o disposto no art. 70, I, da Lei n. 9.394/1996, as despesas realizadas para a formação continuada dos professores e profissionais da educação, ou seja, o aperfeiçoamento do pessoal docente e demais profissionais da educação, são tidas como manutenção e desenvolvimento do ensino;

CONSIDERANDO que, haja vista o disposto no art. 21, da Lei n. 11.494/2007, os recursos financeiros advindos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB, inclusive aqueles oriundos de complementação da União, devem ser usados pelos gestores municipais, no exercício financeiro em que lhes forem creditados, na manutenção e desenvolvimento do ensino para a educação básica pública;

CONSIDERANDO que, dada a natureza de obrigação legal de fazer do Poder Público, o não atendimento dos comandos constitucionais e legais acima expostos gera, inexoravelmente, a irregularidade na oferta do ensino público, o que poderá importar em responsabilização



Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Proteção à Educação - Núcleo Duque de Caxias
Belford Roxo, Duque de Caxias, Magé, São João de Meriti

da autoridade competente, nos termos do §2º, do art. 208, da Constituição da República;

CONSIDERANDO que são princípios norteadores da Administração Pública e de seus respectivos gestores a legalidade, a moralidade e a eficiência, conforme elencado no art. 37, caput, da CR/88;

CONSIDERANDO que zelar pela efetivação dos direitos individuais dos cidadãos, bem como pelo oferecimento de educação básica pública gratuita obrigatória é atribuição constitucional do Ministério Público;

CONSIDERANDO a condição do Ministério Público como legitimado a movimentar o Poder Judiciário com vista à obtenção dos provimentos judiciais necessários à tutela dos valores, interesses e direitos de natureza metaindividual (arts. 127 e 129, II e III, da CR/88);

CONSIDERANDO que o não atendimento a **RECOMENDAÇÃO** formal do MPRJ poderá implicar na caracterização do dolo imprescindível a configuração do ilícito previsto no art. 11, caput, da Lei de Improbidade Administrativa, uma vez que o ato representa a cientificação expressa do agente público quanto ao seu atuar ilícito e às consequências que dele podem advir.

Resolve:

RECOMENDAR ao Exmo. Sr. João Ferreira Neto, Prefeito do Município de São João de Meriti e ao Exmo. Sr. Bruno Barbosa Correia, Secretário Municipal de Educação de São João de Meriti, que:

EIXO I:

1. Organizem, na medida de suas atribuições legais, no prazo de 2 (dois) meses, contados a partir do recebimento desta recomendação, **cronograma de trabalho, a ser aplicado pela Gestão Municipal, durante o exercício do atual mandato eletivo, para a idealização de projeto de formação continuada de professores e profissionais da educação** da rede pública municipal de ensino, nas áreas temáticas definidas nas diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações etnicorraciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira,



Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Proteção à Educação - Núcleo Duque de Caxias
Belford Roxo, Duque de Caxias, Magé, São João de Meriti

- africana e indígena, preferencialmente, com o apoio de universidade;
2. Enviem, na medida de suas atribuições, no prazo máximo de 3 (três) meses, contados a partir do recebimento desta recomendação, à Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Proteção à Educação, o cronograma de trabalho, conforme recomendado no item 1;
 3. Adotem, na medida de suas atribuições, no prazo de 4 (quatro) meses, contados a partir do recebimento desta recomendação, as medidas administrativas necessárias para **execução do cronograma de trabalho**, conforme recomendado no item 1;
 4. Finalizem, na medida de suas atribuições, no prazo máximo de 6 (seis) meses, contados a partir do recebimento desta recomendação, **o projeto de formação continuada dos professores e profissionais da educação da rede pública municipal de ensino**, conforme recomendado no item 1;
 5. Enviem, na medida de suas atribuições, no prazo máximo de 7 (sete) meses, contados a partir do recebimento desta recomendação, à Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Proteção à Educação, **o projeto de formação continuada dos professores e profissionais da educação**, finalizado conforme recomendação do item 4;
 6. Deem início, na medida de suas atribuições, no prazo máximo de 8 (oito) meses, contados a partir do recebimento desta recomendação, à **execução do projeto de formação continuada dos professores e profissionais da educação** finalizado conforme o recomendado no item 4;
 7. Apresentem, na medida de suas atribuições, no máximo de prazo de 9 (nove) meses, contados a partir do recebimento desta recomendação, à Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Proteção à Educação, **as medidas administrativas em andamento para execução do projeto de formação continuada dos professores e profissionais da educação** finalizado conforme o recomendado no item 4;
 8. Apresentem, na medida de suas atribuições, no máximo de prazo de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento desta

 7



Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Proteção à Educação - Núcleo Duque de Caxias
Belford Roxo, Duque de Caxias, Magé, São João de Meriti

recomendação, à Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Proteção à Educação, **as medidas administrativas em andamento para execução do projeto** de formação continuada dos professores e profissionais da educação finalizado conforme o recomendado no item 4, bem como relatório de acompanhamento do trabalho em andamento.

EIXO II:

9. Planejar, no prazo máximo de 3 (três) meses, contados a partir do recebimento desta recomendação, na medida de suas atribuições, **políticas públicas de estímulo ao acesso, a permanência, a melhoria do desempenho e voltadas para redução da evasão escolar e da defasagem idade-série** dos alunos pertencentes aos grupos etnicorraciais discriminados;
10. Apresentar, na medida de suas atribuições, no prazo máximo de 4 (quatro) meses, contados a partir do recebimento desta recomendação, à Promotória de Justiça de Tutela Coletiva de Proteção à Educação, as políticas públicas idealizadas conforme recomendado no item 9;
11. Dar início, na medida de suas atribuições, no prazo máximo de 6 (seis) meses, contados a partir do recebimento desta recomendação, à **execução das políticas públicas de estímulo ao acesso, a permanência, a melhoria do desempenho e voltadas para redução da evasão escolar e da defasagem idade-série** dos alunos pertencentes aos grupos etnicorraciais discriminados;
12. Apresentem, na medida de suas atribuições, no máximo de prazo de 7 (sete) meses, contados a partir do recebimento desta recomendação, à Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Proteção à Educação, os comprovantes de execução das políticas públicas, conforme recomendado no item 11.

EIXO III:

13. Organizem, na medida de suas atribuições legais, no prazo de 2 (dois) meses, contados a partir do recebimento desta recomendação, **cronograma de trabalho**, a ser aplicado pela Gestão Municipal, durante o exercício do atual mandato eletivo, para **elaboração de projeto de apoio aos professores regentes das turmas do primeiro segmento do ensino fundamental**, dos

 8



Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Proteção à Educação - Núcleo Duque de Caxias
Belford Roxo, Duque de Caxias, Magé, São João de Meriti

- professores de arte, história e literatura do segundo segmento do ensino fundamental, além de outros, a cargo do gestor, bem como demais profissionais de educação, preferencialmente, com o apoio de universidade, para efetiva inclusão de conteúdo programático referente à história e cultura afro-brasileira e indígena nos planejamentos de aula, no qual conste os diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses mesmos grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira, o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil;
14. Enviem, na medida de suas atribuições, no prazo máximo de 3 (três) meses, contados a partir do recebimento desta recomendação, à Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Proteção à Educação, o cronograma de trabalho, conforme recomendado no item 13;
 15. Adotem, na medida de suas atribuições, no prazo de 4 (quatro) meses, contados a partir do recebimento desta recomendação, as medidas administrativas necessárias para **execução do cronograma de trabalho**, conforme recomendado no item 13;
 16. Finalizem, na medida de suas atribuições, no prazo máximo de 6 (seis) meses, contados a partir do recebimento desta recomendação, o **projeto de apoio aos professores regentes das turmas do primeiro segmento do ensino fundamental, dos professores de arte, história e literatura do segundo segmento ensino fundamental, além de outros, a cargo do gestor, bem como demais profissionais de educação, preferencialmente, com o apoio de universidade**, conforme recomendado no item 13;
 17. Enviem, na medida de suas atribuições, no prazo máximo de 7 (sete) meses, contados a partir do recebimento desta recomendação, à Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Proteção à Educação, o **projeto de apoio aos docentes e demais profissionais de educação**, finalizado conforme recomendação do

Assinatura manuscrita em tinta preta, localizada no canto inferior direito da página.



Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Proteção à Educação - Núcleo Duque de Caxias
Belford Roxo, Duque de Caxias, Magé, São João de Meriti

item 16;

18. Deem início, na medida de suas atribuições, no prazo máximo de 8 (oito) meses, contados a partir do recebimento desta recomendação, **à execução do projeto de apoio aos docentes**, finalizado conforme o recomendado no item 16;
19. Apresentem, na medida de suas atribuições, no máximo de prazo de 9 (nove) meses, contados a partir do recebimento desta recomendação, à Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Proteção à Educação, **as medidas administrativas em andamento para execução do projeto de apoio aos docentes e demais profissionais de educação**, conforme o recomendado no item 16;
20. Apresentem, na medida de suas atribuições, no máximo de prazo de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento desta recomendação, à Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Proteção à Educação, **as medidas administrativas em andamento para execução do projeto de apoio aos docentes e demais profissionais de educação**, conforme o recomendado no item 16, bem como relatório de acompanhamento do trabalho em andamento.

O silêncio em relação a qualquer dos itens constantes acima será compreendido como manifestação de desacordo com os termos da Recomendação expedida pelo MPRJ, submetendo os agentes públicos responsáveis às medidas legais pertinentes.

Duque de Caxias, 18 de setembro de 2017.


ELAYNE CHRISTINA DA SILVA RODRIGUES
Promotora de Justiça - Matrícula 2504